

Financiamento da educação pública brasileira durante a pandemia da Covid-19

Camila de Souza Ribeiro (UEPG)

souzacamila.r@gmail.com

Carina Alves da Silva Darcoletto (UEPG)

carinadarcoletto@yahoo.com.br

1 Introdução

Com a pandemia da Covid-19, a desigualdade social aumentou de maneira vertiginosa, refletindo-se, no caso da educação, em ampliação da desigualdade educacional, uma vez que muitos estudantes brasileiros, principalmente os da escola pública, não tiveram condições adequadas de acesso às aulas remotas, seja pela falta de equipamentos tecnológicos, acesso à internet, ambiente propício, dentre outras razões que, ao precarizar o ensino, implicou, de algum modo, no não cumprimento do direito à educação, questão tão debatida nesse período.

Dentre os problemas que impactaram a educação brasileira, um deles foi a arrefecimento do financiamento público às escolas públicas. Nessa direção, o objetivo deste trabalho é tecer algumas considerações acerca do financiamento da educação pública brasileira no período da pandemia da Covid-19. Esta discussão é parte da nossa pesquisa de mestrado, em andamento, a qual tem por objetivo analisar como as produções acadêmicas tratam da desigualdade social (e seus possíveis impactos) na educação pública brasileira, a partir da pandemia da Covid-19.

Durante a análise da produção acadêmica (artigos de periódicos, dissertações e teses da área da Educação), emergiram diversas categorias temáticas, como: a) Pandemia e exclusão educacional no ensino superior; b) Financiamento da educação; c) Direito à educação no período da pandemia; d) Ensino remoto, trabalho docente e evasão escolar; e) Ensino remoto, pandemia e exclusão digital; f) Ensino remoto e desigualdade social; g) Relação família-escola. Dentre essas categorias, focaremos aqui na categoria do “Financiamento da educação”, que trata do impacto da pandemia da Covid-19 na arrecadação de tributos no país, com expressiva diminuição nesse período. As produções analisadas se referem aos anos de 2020 e 2021, quando da latência da pandemia, e, por

isso, ainda não revelam como essa questão afeta a educação atualmente, análise que poderá avançar em estudos futuros.

Essa discussão é necessária, uma vez que a queda na arrecadação de recursos públicos se refletiu diretamente na educação pública durante a pandemia da Covid-19, sendo os recursos insuficientes para garantir aos estudantes o acompanhamento das aulas remotas, aprofundando ainda mais o fosso social existente no Brasil, proveniente da desigualdade social que já assolava o país.

2 Desenvolvimento

Para abordar acerca dos impactos da pandemia da Covid-19 no financiamento da educação pública brasileira, dados os limites deste resumo, focaremos em aspectos abordados nas produções selecionadas na pesquisa e que centraram nessa problemática. Roggero e Silva (2021) expõem como no Brasil há uma disputa do setor privado pela atuação na educação pública, o que aponta para a mercantilização da educação e colabora para que os mecanismos de controle social sejam postos em prática, uma vez que a educação fica a cargo dos grandes conglomerados empresariais, cuja intenção é apenas formar mão de obra efetiva ao mercado de trabalho, sem o interesse de formar pessoas que compreendam a sociedade em que vivem, podendo lutar pela real efetivação de seus direitos e pela transformação social.

Farenzena (2021) analisa as normas e implementação da política de assistência técnica financeira da União, levando em consideração as diversas dimensões que colaboram para que a desigualdade educacional se aprofunde, contrapondo que esse aprofundamento ocorre devido à incapacidade de muitos governantes em gerir essa questão durante a pandemia. Cita como essa dificuldade fora agravada diante da política de austeridade fiscal adotada no âmbito federal - à época chefiado pelo ex-presidente da República Jair Bolsonaro (sem partido¹) -, que promoveu o encolhimento dos recursos destinados a diversas áreas sociais, dentre elas a educação. A autora destaca que as medidas tomadas pelo governo para conter o avanço da desigualdade na educação se demonstraram insuficientes e que é urgente a discussão “sobre um possível aumento da responsabilidade dos governos subnacionais no financiamento educacional”

¹ Jair Messias Bolsonaro foi eleito em 2018 pelo PSL, ficou de 2019 a 2021 sem partido e se filiou ao PL em novembro de 2021.

(FARENZENA, 2021, p. 14), o que demonstra que a diminuição de recursos para a educação num momento de crise econômica e sanitária repercute diretamente em como ocorre o financiamento da educação pública e prejudica os alunos que dela usufruem, ou seja, aqueles oriundos da classe trabalhadora.

Alves *et al.* (2020) tratam do impacto da queda na arrecadação tributária para o financiamento das escolas públicas brasileiras durante o período da pandemia, apontando que essa redução ocorreu devido à necessidade de isolamento social e da respectiva paralisação dos diversos setores nesse período, visto que a “principal fonte de financiamento das escolas públicas de educação básica é a vinculação de receitas líquidas de impostos” (ALVES *et al.* 2020, p. 980). Sinalizam ainda que a histórica desigualdade social existente no Brasil se configura como um grande desafio ao desempenho do sistema público de educação, e suas análises

evidenciam uma das principais limitações do sistema de financiamento da educação básica vigente: a capacidade de financiamento das redes públicas associada à capacidade de arrecadação, dada a riqueza local. [...]. Sendo assim, as condições para a garantia do direito à educação ficam suscetíveis à capacidade fiscal da localidade onde as crianças, os jovens e os adultos moram. (ALVES *et al.*, 2020, p. 988).

Tal limite demonstra a necessidade de uma maior articulação entre o governo federal e as demais instâncias, visando a percepção do cumprimento do direito à educação pública expresso na Constituição Federal de 1988, e que não fora efetivado a milhares de estudantes brasileiros das escolas públicas no período de adoção do ensino remoto durante a pandemia. Conforme Darcoletto e Flach (2022, p. 333),

A panaceia do ensino remoto, se, por um lado, não garantiu o direito efetivo à educação de qualidade socialmente referenciada, por outro lado, contribuiu para ampliar o nicho de mercado dos grandes empresários da educação, que conseguiram expandir a venda de suas mercadorias para todas as etapas da Educação Básica.

Na esteira desses apontamentos, é só a luta pela ampliação do aporte de recursos públicos na educação pública que corrobora a efetivação do direito social à educação; o que significa, em contrapartida, a não aceitação da iniciativa privada na oferta de serviço que deve ser, exclusivamente, público, voltado para as necessidades sociais da população.

3 Considerações Finais

O financiamento da educação pública brasileira implica na garantia do direito à educação pública e gratuita. No ápice da pandemia da Covid-19, o argumento do poder público se pautou em como se garantir esse direito, o que ocorreu, muitas vezes, terceirizando-se a educação pública a soluções que eram postas por grandes conglomerados educacionais. Contudo, o que notamos ocorrer é, muitas vezes e a milhares de estudantes, principalmente os da escola pública e oriundos da classe trabalhadora, a não efetivação desse direito, visto que o ensino remoto fora adotado sem se levar em consideração a situação em que muitos estudantes se encontravam; além do fato de o investimento em educação, nesse período, ter sido insuficiente.

Cabe ainda ressaltarmos que esse é um problema latente na educação pública brasileira e que o aporte de dinheiro público no setor privado na área da educação não é um problema exclusivo do período da pandemia e reflete a influência que a iniciativa privada possui sobre o setor público, indicando que o sucateamento da educação pública nada mais é do que um projeto que visa facilitar cada vez mais essa aproximação da entrada da iniciativa privada na educação pública.

Referências

ALVES, *et al.* Implicações da pandemia da COVID-19 para o financiamento da educação básica. **Revista de Administração Pública**. v.54, n.4, p.979-993, jul./ago, 2020

DARCOLETO, C. A. da S.; FLACH, S. de F. (2022). Educação e a pandemia: a panaceia do ensino remoto em tempos de crise sanitária. **Cadernos De Pesquisa**, 29(1), 311–338.

FARENZENA, N. Despesas em ações da assistência financeira da União na Educação Básica no período 2014-2020. **EccoS – Revista Científica**, n.58, p.1-17, jul./set., 2021.

ROGGERO, R; SILVA, A. Z. da. A disputa dos recursos públicos da educação básica, os arranjos do estado com o mercado e seus impactos na gestão democrática e participativa da educação no âmbito dos municípios. **EccoS – Rev. Cient.**, n.58, p.1-17, jul./set, 2021.